COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº, DE 2025

(DO SR. VINÍCIUS CARVALHO)

Requer a realização de audiência pública para debater a proteção do consumidor em face da tendência internacional da digitalização da prestação de serviços financeiros e seus impactos no fechamento de agências bancárias no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública. Conforme debates realizados nesta Comissão de Defesa do Consumidor, em 28 de maio de 2025, após as falas dos senhores Deputados Duarte Jr. e de vossa excelência, Daniel Almeida, que preside este colegiado, tendo em vista que tenho acompanhado esse assunto em meu estado e estudado em tema em proposições legislativas que estão sob minha relatoria, entendo que devemos discutir a proteção do consumidor em face do crescente fechamento de agências bancárias em decorrência da crescente tendência internacional da digitalização dos serviços financeiros e da atividade econômica de maneira geral.

Para tanto, sugerimos que sejam convidados representantes: 1) da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste); 2) da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon); 3) do Ministério da Fazenda; 4) do Banco Central do Brasil; 5) da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); 6) dos cinco maiores bancos no Brasil: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander; 7) do Nubank; 8) da Zetta; 9) da Associação Brasileira de Fintechs (Abfintechs); 10) da Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD); 11) da Central Única dos Trabalhadores (CUT); 12) Dr. Ricardo Morishita – Doutor em Direito e Professor IDP; 13) Luciano Timm, Professor da FGV SP; e 14) Fabiano Jantalia, Doutor em Direito, Coordenador Acadêmico do Grupo de Estudos em Direito e Regulação Financeira da Universidade de Brasília (GEFIN/UnB) e Professor do IDP.

JUSTIFICAÇÃO

Temos acompanhado nos últimos anos uma crescente digitalização da economia e das relações sociais. Por um lado, o atendimento virtual pode oferecer mais celeridade e mais comodidade aos consumidores. Por outro, percebemos o surgimento de novos





fenômenos sociais que exigem atenção deste parlamento de forma a proteger a parte mais frágil: o consumidor.

Nesse sentido, propomos essa audiência pública, em razão do meu histórico de atuação na proteção do consumidor e dos serviços que tenho prestado à população de São Paulo e de todo o país no âmbito do direito digital relatando diversas matérias na Câmara dos Deputados, bem como a partir das reflexões que os nobres deputados Daniel Almeida, presidente desta comissão, e Duarte Jr., entre outros parlamentares que estão preocupados com o fechamento de agências bancárias em todo o território nacional. Precisamos refletir sobre as repercussões econômicas e sociais e sobre quais políticas públicas são necessárias para garantir que todo brasileiro tenha cidadania financeira.

Não basta disponibilizar serviços financeiros em plataformas digitais. Precisamos discutir educação financeira, educação digital, segurança cibernética, proteção dos direitos do consumidor, publicidade digital, responsabilidade civil das instituições financeiras na economia digital, combate a fraudes e golpes, atendimento da população que não tem acesso a internet ou conhecimento para navegar com segurança, acesso a internet com segurança e qualidade, entre outros aspectos que contribuam para aprofundarmos os debates e garantir o adequado atendimento das necessidades da população, especialmente as parcelas mais carentes do nosso povo.

Assim, sugerimos neste requerimento o convite a membros da equipe econômica, reguladores, acadêmicos, representantes do mercado, entidades de defesa do consumidor, representantes dos trabalhadores, para que nós que integramos a Comissão de Defesa do Consumidor tenhamos uma visão ampla, com diferentes pontos de vista da sociedade e tenhamos mais subsídios técnicos para decidirmos os melhores encaminhamentos em benefício da sociedade.

Diante do exposto, rogamos o apoio dos nobres pares para realização desta audiência pública.

Sala das Sessões, em de maio de 2025.

VINÍCIUS CARVALHO

Deputado Federal Republicanos-SP



